



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Orçamento e Finanças

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Notícias e mais notícias

Confesso que já estou cheio de me informar sobre o mundo. Pela TV, pelo rádio, pelos incontáveis canais da Internet, pelos celulares, pelos velhos jornais e revistas não param de chegar notícias, comentários, opiniões formadas. Essas manifestações me cercam, obrigam-me a tomar conhecimento de tudo, enlaçam-me numa rede de informações infinitas, não me deixam ignorar nenhum acontecimento, do assalto no bar da esquina aos confrontos no Oriente Médio. Gostaria de descansar os olhos e os ouvidos, daria tudo para que se calassem por algum tempo essas notícias invasoras, e me sobrasse tempo para não saber mais nada de nada...

Minha utopia é acordar num dia sem notícias, quando os únicos acontecimentos sensíveis fossem os da natureza e os do corpo: amanhecer, clarear, ventar, escurecer – e andar, olhar, ouvir, sentar, deitar, dormir. Parece pouco, mas é mais que muito: é impossível. É impossível fruir esse estado de contemplação – melhor dizendo: de pura e permanente percepção de si e do mundo. Até porque partiria de nós mesmos a violação desse estado: em algum momento nos cansaríamos e passaríamos a cogitar coisas, a avaliar, a imaginar, e estenderíamos nossa curiosidade para tudo o que estivesse próximo ou distante. Em suma: iríamos atrás de informações. Ficaríamos ávidos por notícias do mundo.

O ideal talvez fosse um meio termo: nem nos escravizarmos à necessidade de notícias, nem nos abandonarmos a um confinamento doentio. Mas o homem moderno sabe cada vez menos equilibrar-se entre os extremos. Nossa época, plena de novidades, não nos deixa descansar. Cada tela apagada, cada aparelho desligado parece espreitar-nos, provocando-nos: – Você sabe o que está perdendo?

Desconfio que estejamos perdendo a capacidade de nos distrairmos um pouco com nós mesmos, com nossa memória, com nossos desejos, com nossas expectativas. Bem que poderíamos acreditar que há, dentro de nós, novidades a serem descobertas, notícias profundas de nós, que pedem calma e silêncio para se darem a conhecer.

(Aristides Bianco, inédito)

1. O autor do texto mostra-se, fundamentalmente, insatisfeito com
- (A) a irrelevância da maioria das matérias que pesquisa na Internet.
 - (B) o descaso com que os meios de comunicação veiculam informações.
 - (C) a profusão de informações que nos fazem esquecer de nós mesmos.
 - (D) a tendência moderna de valorizar em excesso as aptidões individuais.
 - (E) o excesso de estímulos que nos levam a uma permanente autoavaliação.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, o autor mostra-se ressentido com o fato de que só lhe chegam notícias que não têm qualquer importância.
 - II. No segundo parágrafo, a utopia referida pelo autor diz respeito a seu desejo de ter pleno controle sobre os meios de comunicação modernos.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor propõe, em substituição à utopia referida no parágrafo anterior, a postulação de um sensato equilíbrio.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. No último parágrafo, o autor manifesta sua dúvida quanto à
- (A) possibilidade de interiorização e autoconhecimento do homem moderno.
 - (B) existência de algo que valha a pena perscrutar dentro de nós.
 - (C) capacidade de retenção de nossa memória pouco exercitada.
 - (D) importância do silêncio, de que brotam profundas revelações.
 - (E) expectativa de que venhamos a saber filtrar as notícias do mundo.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *rede de informações infinitas* = cadeia de eventos intransmissíveis.
 - (B) *é impossível fruir* = é impraticável deslizar.
 - (C) *parece espreitar-nos* = simula divisar-nos.
 - (D) *um confinamento doentio* = um nocivo insulamento.
 - (E) *equilibrar-se entre os extremos* = amalgamar as polaridades.
5. O autor vale-se da referência *do assalto no bar da esquina aos confrontos do Oriente Médio* para
- (A) manifestar sua inconformada reação diante da violência urbana.
 - (B) exemplificar a variação e a desproporção características dos noticiários.
 - (C) referendar a combatividade das reportagens que denunciam os fatos.
 - (D) acusar o sensacionalismo com que se avaliam fatos políticos.
 - (E) ilustrar a frieza e a uniformidade com que se veiculam as notícias.



6. Na penúltima linha do segundo parágrafo, a frase *iríamos atrás de informação* expressa uma justificativa para o fato que se afirma em:
- (A) *Parece pouco, mas é mais que muito.*
 (B) *O ideal talvez fosse um meio termo.*
 (C) *(...) partiria de nós mesmos a violação desse estado (...)*
 (D) *Minha utopia é esta: acordar num dia sem notícias (...)*
 (E) *(...) pura e permanente percepção de si e do mundo.*
7. No último parágrafo, o autor admite que
- (A) há um tipo de notícias que seria muito proveitoso acessar.
 (B) não é de todo mau que nos envolvamos com as notícias do mundo.
 (C) seria preferível distrairmo-nos a ficarmos absortos em nós mesmos.
 (D) a paz e o silêncio deveriam ser as grandes novidades do mundo.
 (E) só é possível que nos solidarizemos se houver calma e silêncio.
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Aquele a quem (**sensibilizar**) os fatos do noticiário deve poupar-se de acompanhá-los todos os dias.
 (B) Não (**dever**) mover a ninguém as esperanças ou a crença em que o mundo se torne mais discreto e silencioso.
 (C) Em qualquer notícia que provenha do nosso íntimo não mais (**haver**) de se ocultar as verdades que fingimos desconhecer.
 (D) As pessoas a quem (**impor**) a TV, diuturnamente, notícias de toda espécie perdem a capacidade de discriminar o que é ou não importante.
 (E) As novidades que dentro de mim se (**mascarar**) só se revelarão mediante uma análise introspectiva.
9. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Quem se obriga a se informar o tempo todo acabaria por faltar-se de todas as notícias, sejam elas importantes ou não.
 (B) Ele não acreditaria se lhe dissermos que estivesse perdendo a capacidade de distrair-se consigo mesmo.
 (C) Seria preciso que acreditemos que há, dentro de nós, novidades que pedem calma e silêncio para se haverem dado a conhecer.
 (D) Só terá sido possível fruir esse estado de contemplação caso fôssemos concentrados em nós mesmos.
 (E) Por mais que nos informemos, o real sentido das notícias só se revela quando somos inteiramente senhores da nossa consciência crítica.
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *passaríamos a imaginar coisas*, a forma verbal resultante será
- (A) haveremos de passar a imaginar.
 (B) passariam a ser imaginadas.
 (C) passariam sendo imaginadas.
 (D) teríamos passado a imaginar.
 (E) teriam passado a imaginar.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

A respeito do termo etnia

Por etnia entende-se um grupo de pessoas que partilham vários atributos, como espaço geográfico, língua, costumes e valores, e que reivindicam para si o mesmo nome étnico e a mesma ascendência. Mas sempre há nisso grande dose de subjetividade. Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras entre as etnias e quantificar os grupos étnicos existentes no planeta. A língua, por exemplo, que parece um critério objetivo, não é suficiente para determinar diversas etnias, se tomada isoladamente, pois muitos grupos étnicos usam o mesmo idioma.

O moderno conceito de etnia desenvolveu-se no século XX, em oposição às teorias racistas que evocavam argumentos de ordem biológica para justificar a dominação de um grupo humano sobre outros. A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. Todos os homens pertencem ao gênero Homo e à espécie Homo sapiens. Eventuais variações genéticas são mínimas e insuficientes para configurar diferenciações raciais.

Os homens agrupam-se socialmente, e as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. Fundamentalmente, um indivíduo pertence a determinada etnia porque acredita nisso, e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo.

A existência de vários grupos étnicos no interior das mesmas fronteiras nacionais é uma situação comum, pois as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. Mas as diferenças étnicas, em diversos casos, são manipuladas para acirrar conflitos de fundo político ou econômico. O próprio conceito de raça humana, há muito não admitido pela antropologia moderna, serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito, violência e barbárie.

(Adaptado do **Almanaque Abril Cultural** 2009, p. 123)

11. De acordo com o texto, o conceito de **etnia** diz respeito, fundamentalmente,
- (A) às variações genéticas que vêm caracterizando, ao longo da História, os mais diferentes agrupamentos humanos.
 (B) a critérios de identificação pelos quais se reconhecem grupos humanos, com base em alguns atributos compartilhados.
 (C) a alguns fatores biológicos pelos quais os homens se distinguem uns dos outros, como a cor da pele ou traços fisionômicos.
 (D) aos valores culturais que alguns grupos humanos classificam e julgam superiores aos de outros grupos.
 (E) a critérios científicos e objetivos, a partir dos quais se pode justificar com mais rigor a reivindicação de superioridade cultural.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- É mais difícil quantificar os grupos étnicos existentes do que estabelecer diferenças criteriosas entre as etnias.
 - Até o final do século XIX, o fato de haver raças diferentes serviu para justificar uma escalada de violências históricas.
 - O fato de haver diferentes etnias num mesmo território nacional não implica, necessariamente, uma situação de conflito.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- I.
 - II.
 - III.
 - I e II.
 - II e III.
13. Deve-se entender da leitura do segundo parágrafo que
- os estudos que levam ao conceito de **etnia** opõem-se a fundamentos das ciências biológicas.
 - a palavra de **etnia** surgiu como uma espécie de alternativa semântica para veicular o conceito de **raça**.
 - o conceito de **gênero** humano estabeleceu-se em função da invariância dos nossos fatores genéticos.
 - as descobertas científicas foram desconsideradas na formulação do conceito de **etnia**.
 - os fatores biológicos não têm relevância determinante para a fixação conceitual de **etnia**.
14. No quarto parágrafo, afirma-se que conflitos de fundo político ou econômico
- podem ser acirrados por fatores outros, como diferenças étnicas ou invocações do conceito de **raça**.
 - têm sua origem em argumentos que só se justificam quando se considera a antropologia moderna.
 - existem sobretudo em função do instinto de dominação do homem, um impulso natural que provém das diferenças raciais.
 - são, na verdade, conflitos de natureza étnica, embora justificados por razões de ordem racial.
 - ocorrem quando manifestações de preconceito racial têm como justificativa razões de ordem meramente étnica.
15. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário que se faz sobre o texto:
- Pode ser que ainda haja quem defenda o conceito de **raça** enquanto razão de superioridade entre todos os seres humanos.
 - A antropologia moderna tem um papel decisivo no conceito de **raça**, ao qual ela deixou de relevância em função dos conceitos étnicos.
 - São diferenças históricas, ou mesmo culturais, pelas quais os homens deixam de agregar-se socialmente, estabelecendo-as entre si.
 - Muitas das piores manifestações de barbárie humana deveram-se à manipulação do conceito de **raça**, hoje rechaçado pela antropologia.
 - Ainda que houvessem variações genéticas, elas seriam mínimas para almejam a configuração de efetivas diferenças raciais entre os homens.
16. Considerando-se a correção da frase e o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que vem entre parênteses em:
- A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. (**aonde for o caso de**)
 - (...) as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. (**em meio a elas**)
 - (...) e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo. (**se comparte entre os**)
 - (...) as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. (**não obstante as**)
 - (...) serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito (...) (**razão de somenos para**)
17. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- São vários os atributos a que se pode recorrer para caracterizar um grupo étnico.
 - Não são claras as fronteiras em cujas se deseja estabelecer uma objetiva distinção entre etnias.
 - São mínimas as variações genéticas de que se poderia levar em conta para configurar alguma diferenciação racial.
 - O fenômeno das migrações é um fator concorrente de que as populações não sejam homogêneas.
 - O próprio conceito de **raça** humana, de cujo ninguém duvidava, é hoje dado como ultrapassado.
18. Representam uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes segmentos do texto:
- (...) grupo de pessoas que partilham vários atributos / há nisso grande dose de subjetividade. (1º parágrafo)
 - Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras / a língua (...) parece um critério objetivo. (1º parágrafo)
 - O moderno conceito de **etnia** desenvolveu-se no século XX / em oposição às teorias racistas. (2º parágrafo)
 - (...) um indivíduo pertence a determinada **etnia** porque acredita nisso / e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos. (3º parágrafo)
 - (...) migrações no decorrer da história / as populações humanas não são homogêneas. (4º parágrafo)



19. Está plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) Entenda-se que para se considerar a existência de uma etnia, não pode deixar de ocorrer uma auto-identificação, ou seja uma autoconsciência de grupo social.
- (B) Foram, de fato, inúmeras as atrocidades perpetradas em nome de interesses políticos e econômicos, devidamente mascarados, aliás, por razões de ordem racial.
- (C) De acordo com a antropologia moderna, os grupos étnicos, devem ser considerados a partir de critérios, que incluam aspectos culturais, e fatores históricos.
- (D) Mesmo as pequenas diferenças étnicas, podem acabar servindo de pretexto, para que alguns grupos se sobreponham aos outros movidos por razões políticas.
- (E) Não há como separar, do conceito de etnia a noção de compartilhamento cultural, pela qual, diferentes grupos humanos, tomam consciência de sua própria identidade.

20. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) Desenvolveu-se ao longo do século XX vários conceitos científicos, inclusive o de etnia.
- (B) Deve-se à antropologia moderna alguns avanços históricos, sobretudo no que diz respeito ao conceito de raça.
- (C) Constam entre as mais cruéis manifestações de barbárie a promoção dos terrores raciais, levada a cabo pelos nazistas.
- (D) Já não se pode lançar mão de razões racistas para se camuflar um interesse econômico ou político.
- (E) Não deixarão de haver, infelizmente, novas atrocidades coletivas, em nome de novos pretextos.

Atenção: As questões de números 21 a 30 referem-se ao texto seguinte, do filósofo francês Montaigne, influente pensador do século XVI.

Da moderação

Como se tivéssemos infeccioso o tato, ocorre-nos corromper, se as manusearmos em excesso, as coisas que em si são belas e boas. A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência. E jogam com as palavras os que dizem não haver excesso na virtude porque não há virtude onde há excesso: "Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado".

Trata-se de uma sutileza filosófica. Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa. Preconiza o apóstolo São Paulo, a esse respeito, um equilíbrio razoável: "Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento". Vi um dos grandes deste mundo prejudicar a religião por se entregar a

práticas religiosas incompatíveis com a sua condição social. Aprecio os caracteres moderados e prudentes: ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta, se não me incomoda, e a que não sei como chamar. Mais estranha do que justa se me afigura a conduta da mãe de Pausânias, que foi a primeira a denunciá-lo e a contribuir com a primeira pedra para a morte do filho; nem tampouco aprovo a atitude do ditador Postúmio, mandando matar o filho que, no entusiasmo da mocidade, saíra das fileiras para atacar o inimigo, com felicidade, aliás. Não me sinto propenso nem a aconselhar nem a imitar tão bárbara virtude.*

Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança. Minha vista se perturba se de repente enfrenta uma luz violenta, quando então vejo tão pouco como na mais profunda escuridão.

*Nota: A mãe de Pausânias depositara um tijolo diante do templo de Minerva, onde se refugiara o rei, seu filho. Os lacedemônios, aprovando-lhe o julgamento simbólico, ergueram muros em torno do refúgio e deixaram o prisioneiro morrer de fome.

(Adaptado de Montaigne, **Ensaios**)

21. Da compreensão geral do texto resulta adequada a seguinte conclusão: para Montaigne,
- (A) a todo vício corresponde uma virtude, que resulta do exagero dele.
- (B) é desejável que o equilíbrio comande o exercício das demais virtudes.
- (C) nenhuma virtude é possível quando quem a pratica não sabe exagerar.
- (D) a moderação costuma esvaziar a desejável intensidade das virtudes.
- (E) a sabedoria da moderação é inócua, pois o sábio é sempre imoderado.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. *A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência.*
- II. *Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa.*
- III. *(...) ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta.*

As referências aos casos da mãe de Pausânias e do ditador Postúmio podem bem ilustrar o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.



23. Ao citar as frases *Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado* e *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento*, Montaigne deseja mostrar que
- (A) ambas as frases admitem que o excesso nem sempre é vicioso.
- (B) a primeira frase apenas ameniza o sentido radical da segunda.
- (C) a segunda frase desmente o que afirma a primeira.
- (D) ambas as frases atestam a conveniência da plena moderação.
- (E) a segunda frase lhe parece mais irracional do que a primeira.
-
24. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- Considerando-se o contexto, deve-se entender que a frase acima está expressando, de modo figurado, a seguinte convicção:
- (A) o homem que pratica moderadamente a virtude vale tanto quanto o que é exageradamente virtuoso.
- (B) mais vale a pena tudo arriscar nas altas virtudes do que se conformar com as pequenas.
- (C) é mais fácil visar às virtudes que estão ao nosso alcance do que àquelas que mal vislumbramos.
- (D) os vícios costumam ser tão excessivos quanto as virtudes, cabendo em ambos os casos um pouco de moderação.
- (E) o excesso é tão condenável quanto a insuficiência, quando se trata da prática de uma virtude.
-
25. Deve-se entender que a *bárbara virtude* a que alude Montaigne ao final do segundo parágrafo foi assim qualificada porque Postúmio
- (A) se deixou levar pelos excessos da mocidade.
- (B) se mostrou hesitante diante da insolência do jovem.
- (C) demonstrou cruel obsessão pelo senso de disciplina.
- (D) decidiu punir cruelmente a rebeldia das fileiras.
- (E) se revelou um sádico diante das hostes inimigas.
-
26. *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento.*
- A frase acima permanecerá correta com a substituição das formas verbais sublinhadas, respectivamente, por:
- (A) sejas - ponhais
- (B) seja - põe
- (C) sede - ponhais
- (D) sejas - põe
- (E) sejas - ponhas
-
27. É preciso **corrigir**, por falha estrutural, a redação da frase:
- (A) Nenhuma das virtudes está imune aos defeitos que representam os excessos com que podem ser exercidas.
- (B) Os excessos da prática de uma virtude podem constituir o mesmo defeito do qual, por princípio, se desejaria combater.
- (C) O autor considerou uma sutileza filosófica o que expressa o texto citado, no qual também acusa um jogo de palavras.
- (D) Montaigne não vê senão excesso na reação supostamente virtuosa da mãe de Pausânias, ou na do ditador Postúmio.
- (E) A alegoria do arqueiro demonstra, de modo prático e objetivo, que a virtude não deve ser buscada nos extremos.
-
28. A moderação não é fácil de alcançar; há quem veja a moderação como sinal de fraqueza; consideram outros a moderação um atributo dos tímidos – sem falar nos que atribuem à moderação a pecha da covardia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a veja - consideram-na outros - lhe atribuem
- (B) lhe veja - a consideram outros - atribuem-na
- (C) a veja - consideram-lhe outros - atribuem-na
- (D) veja a ela - consideram-na outros - atribuem-lhe
- (E) veja-a - a consideram outros - a atribuem
-
29. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- O elemento sublinhado na frase acima tem sentido equivalente ao da expressão
- (A) com a mesma perícia.
- (B) nas mesmas condições.
- (C) o que também ocorre com.
- (D) conquanto possa ocorrer com.
- (E) ainda que o mesmo aconteça a.
-
30. Quanto à redação da **Nota**, ao pé do texto, é correto afirmar que
- (A) as formas *depositara* e *se refugiara* expressam ações que ocorreram concomitantemente.
- (B) o pronome *lhe*, na forma *aprovando-lhe*, está-se referindo a *templo de Minerva*.
- (C) a expressão *juízo simbólico* está empregada no sentido de **juízo inconsequente**.
- (D) a frase *ergueram muros em torno do refúgio* pode ser substituída, adequadamente, por ***muraram aonde era o refúgio***.
- (E) o tempo da forma verbal *refugiara* indica ação anterior à expressa pelo tempo da forma verbal *ergueram*.



Noções de Direito Constitucional

31. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,
- (A) dispor sobre fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
 - (C) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
 - (D) autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - (E) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
-
32. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
 - (B) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro, ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - (C) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 - (D) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - (E) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, sendo vedada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.
-
33. Considere as seguintes afirmações sobre a proposta orçamentária do Ministério Público:
- I. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e, caso encaminhada em desacordo com esses limites, caberá ao Poder Executivo proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - II. Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
 - III. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
34. Ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, poderá ser anulado, judicialmente, por meio de
- (A) mandado de injunção impetrado por partido político.
 - (B) ação popular proposta por qualquer cidadão.
 - (C) *habeas data* impetrado por organização sindical, na defesa dos interesses de seus membros.
 - (D) mandado de segurança coletivo impetrado pelo Ministério Público.
 - (E) *habeas corpus* impetrado por qualquer indivíduo.
-
35. Ao organizar o Poder Legislativo, na esfera federal, a Constituição da República prevê que
- (A) a Câmara dos Deputados será composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
 - (B) o Senado Federal será composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
 - (C) a representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
 - (D) as deliberações de cada Casa legislativa serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.
 - (E) o número total de Senadores será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes.
-
36. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,
- (A) será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que deverá completar o período de mandato de seus antecessores.
 - (B) será realizada eleição pelo Congresso Nacional, trinta dias depois da última vaga, caso a vacância ocorra nos últimos dois anos do período presidencial.
 - (C) deverá ser convocado plebiscito para decidir quanto à necessidade de realização de nova eleição.
 - (D) caberá ao Tribunal Superior Eleitoral dar posse aos candidatos segundos colocados no pleito em que eleitos os antecessores.
 - (E) não há solução prevista expressamente na Constituição da República para a sucessão, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria.
-
37. Será considerado inelegível, nos termos da Constituição da República,
- (A) o Governador de Estado no exercício de seu primeiro mandato que, pretendendo a reeleição, não renunciar até seis meses antes do pleito.
 - (B) o Deputado Federal no exercício de segundo mandato consecutivo que pretenda reeleger-se.
 - (C) quem tenha sido condenado criminalmente por decisão judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
 - (D) brasileiro naturalizado que queira candidatar-se a uma vaga no Senado Federal.
 - (E) o filho adotado de Governador do Estado que pretenda candidatar-se a Prefeito da Capital do Estado.



38. Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição da República admite, expressamente, que seja objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho
- (A) a concessão de seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (B) a garantia de irredutibilidade do salário.
- (C) o décimo-terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (D) o prazo prescricional para propositura de ação judicial quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho.
- (E) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

39. Incluem-se entre os bens dos Estados
- (A) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.
- (B) o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (D) as ilhas fluviais e lacustres não-pertencentes à União.
- (E) os potenciais de energia hidráulica.

40. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional do direito de propriedade:
- I. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- II. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, desde que mediante indenização prévia em dinheiro.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Administrativo

41. NÃO contempla prerrogativa inerente ao regime jurídico administrativo:
- (A) impenhorabilidade dos bens públicos.
- (B) imprescritibilidade dos bens públicos.
- (C) revogação unilateral, pela Administração, de contratos por motivo de interesse público.
- (D) possibilidade de praticar todos os atos não proibidos por lei.
- (E) sujeição dos atos a controle interno e autotutela.

42. Considere as afirmações abaixo, relativas ao conceito de serviço público:
- I. O conceito de serviço público varia no tempo e no espaço, cabendo a cada ordenamento jurídico definir quais são tais serviços.
- II. No Brasil, os serviços públicos são relacionados pela Constituição, embora haja espaço para a criação de novos serviços públicos por lei formal.
- III. O conceito estrito de serviço público inclui toda prestação de serviços pelos órgãos do Estado e entidades da Administração Indireta que possa gerar comodidade fruível pelos cidadãos, tais como justiça e segurança pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

43. "A pessoa legalmente investida em cargo, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos."

Esta é a definição de

- (A) agente público.
- (B) particular em colaboração com a Administração.
- (C) servidor público em sentido amplo.
- (D) empregado público.
- (E) funcionário público.

44. No Estado de Goiás, o provimento de cargos em comissão
- (A) depende de concurso público, salvo se já houver prévia investidura em cargo de provimento efetivo.
- (B) é feito por decreto do Governador do Estado.
- (C) está condicionado à prévia apresentação de declaração de bens e valores do nomeado.
- (D) é restrito aos funcionários que já sejam titulares de cargo de provimento efetivo.
- (E) implica a automática posse do cargo, sem necessidade de outro ato formal do funcionário.



<p>45. A respeito das sanções por improbidade administrativa, tal como previstas pela Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que</p> <p>(A) é possível a decretação de indisponibilidade dos bens do acusado, nos casos de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou que lesem o patrimônio público.</p> <p>(B) os herdeiros do infrator respondem ilimitadamente pelos prejuízos causados por este, caso venha a falecer no curso do feito.</p> <p>(C) a propositura da ação gera automaticamente a indisponibilidade dos bens do acusado, cabendo posteriormente sua ratificação por decisão judicial.</p> <p>(D) a condenação ao ressarcimento do dano deverá ser efetuada em ação autônoma, ainda que a condenação por improbidade administrativa tenha eficácia de coisa julgada na esfera cível.</p> <p>(E) são imputáveis apenas os agentes administrativos que tenham direta participação no evento, sem prejuízo da responsabilização disciplinar daqueles que tenham com ele concorrido.</p>	<p>49. O princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos</p> <p>(A) impede sua apreciação pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) permite que a sua legalidade seja questionada, embora o ato seja considerado válido até decisão em contrário.</p> <p>(C) torna verdadeiros, em caráter absoluto, os fatos alegados pela Administração como motivos para edição do ato.</p> <p>(D) permite ao Poder Judiciário analisar apenas seus aspectos de constitucionalidade, não de legalidade.</p> <p>(E) é incompatível com os demais princípios administrativos e constitui exceção ao regime jurídico de direito público.</p>
<p>46. No exercício de seu poder regulamentar, o Chefe do Poder Executivo pode expedir, relativamente a todas as matérias de sua competência, regulamentos</p> <p>(A) autônomos, destinados a criar normas jurídicas gerais e abstratas, independentemente de lei anterior.</p> <p>(B) autônomos, cuja eficácia e aplicabilidade independe de posterior manifestação do Poder Legislativo.</p> <p>(C) de execução, destinados a dar fiel cumprimento às leis.</p> <p>(D) de execução, destinados a dar fiel cumprimento aos decretos por ele expedidos.</p> <p>(E) independentes, destinados a regulamentar a prestação de serviços públicos.</p>	<p>50. Considere as situações abaixo descritas, relativamente a atividades desempenhadas por servidores públicos do Estado de Goiás, no exercício de suas funções:</p> <p>I. deixar, injustificadamente, de arrecadar tributos a seu cargo.</p> <p>II. empregar meio vexatório na cobrança de tributo ou receita pública.</p> <p>III. deixar de recolher ou repassar tributos aos cofres públicos.</p> <p>É infração disciplinar também punível com multa o que está descrito em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>47. Dentre os elementos dos atos administrativos, citam-se</p> <p>(A) a autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legalidade.</p> <p>(B) a discricionariedade e a vinculação.</p> <p>(C) a anulação e a revogação.</p> <p>(D) o objeto, a finalidade e o motivo.</p> <p>(E) os atos de império, os atos negociais e os atos de gestão.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado de Goiás e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás</p> <p>51. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás</p> <p>(A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.</p> <p>(B) apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos apenas da administração direta.</p> <p>(C) processar e julgar o Governador e o Vice-Governador por crime de responsabilidade e os Secretários de Estado por crime da mesma natureza, conexo com aquele.</p> <p>(D) julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.</p> <p>(E) proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa.</p>
<p>48. Em relação à invalidação dos atos administrativos é correto afirmar que</p> <p>(A) apenas os atos discricionários podem ser objeto de revogação.</p> <p>(B) apenas os atos vinculados podem ser objeto de anulação.</p> <p>(C) a revogação por conveniência e oportunidade desobriga a Administração de indenizar o particular lesado.</p> <p>(D) a anulação sempre se dá em caráter <i>ex nunc</i> e respeita os efeitos produzidos durante a vigência do ato.</p> <p>(E) a revogação sempre se dá em caráter <i>ex tunc</i> e desfaz os efeitos produzidos durante a vigência do ato, com ou sem indenização.</p>	



52. O poder que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás possui para, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos normativos sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, denomina-se
- (A) processual.
(B) disciplinar.
(C) de Polícia.
(D) jurisdicional.
(E) regulamentar.
53. Segundo o Regimento Interno, é vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) resolver os incidentes relativos à ordem e andamento dos processos.
(B) participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista sem ingerência.
(C) exercer representação perante o Tribunal transcorridos 4 anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
(D) exercer comissão remunerada ou não em concessionárias de serviço público.
(E) desincumbir-se das missões e dos encargos que o Tribunal lhe confiar.
54. Aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, denomina-se
- (A) indicação.
(B) nomeação.
(C) posse.
(D) lotação.
(E) contratação.
55. A prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências administrativas é assegurada quando figure, em qualquer grau de instância, como requerente ou interveniente, pessoa com idade igual ou superior a
- (A) 55 anos.
(B) 60 anos.
(C) 65 anos.
(D) 70 anos.
(E) 75 anos.
56. Considere:
- I. O processo administrativo somente poderá ter início mediante pedido do interessado.
II. Não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo poderá ser iniciado perante a autoridade de qualquer grau hierárquico para decidir:
- Considerando a regulamentação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) I e II.
(C) II.
(D) II e III.
(E) III.
57. A modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, denomina-se
- (A) Convite.
(B) Registro de Preço.
(C) Leilão.
(D) Tomada de Preço.
(E) Pregão.
58. A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de
- (A) serviços de copeiragem.
(B) serviços de apoio administrativo.
(C) serviços de assistência médica.
(D) locações imobiliárias.
(E) serviços de eventos.
59. De acordo com a Resolução Normativa nº 11, de 10/10/2001, diante da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano aos cofres públicos, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e imediato ressarcimento ao erário, no prazo máximo de
- (A) 15 dias.
(B) 30 dias.
(C) 40 dias.
(D) 50 dias.
(E) 60 dias.
60. De acordo com a Resolução Normativa nº 11, de 10/10/2001, o processo devidamente formalizado, dotado de rito próprio, que objetiva apurar a responsabilidade daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário denomina-se
- (A) Tomada de Conta Especial.
(B) Tomada de Conta.
(C) Prestação de Contas.
(D) Prestação de Contas do Governador.
(E) Tomada de Contas Extraordinária.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

61. São princípios orçamentários gerais substanciais que regem o orçamento, além do da exclusividade, os de
- (A) unidade, universalidade, anualidade e equilíbrio.
 - (B) unidade, universalidade, competência e equilíbrio.
 - (C) universalidade, anualidade, transparência e publicidade.
 - (D) universalidade, anualidade, competência e publicidade.
 - (E) anualidade, competência, transparência e publicidade.
-
62. A elaboração do Plano Plurianual, previsto pela Constituição Federal de 1988, é de competência do Poder Executivo. É correto afirmar que a Lei que o instituir estabelecerá de forma
- (A) regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e despesas correntes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (B) regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de custeio e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (C) regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (D) centralizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e despesas correntes e para as relativas aos programas definidos como emergenciais pelo Poder Executivo.
 - (E) centralizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas com pessoal até o limite fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e para as relativas aos programas definidos como emergenciais pelo Poder Executivo.
-
63. De acordo com a Lei Complementar 101/2000, o Anexo de Metas Fiscais que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor sobre o estabelecimento de metas
- (A) plurianuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os demais constantes do Plano Plurianual.
 - (B) plurianuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
 - (C) anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os demais constantes do Plano Plurianual.
 - (D) anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (E) anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
-
64. A Lei Orçamentária Anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento
- (A) da seguridade social e a política de aplicação das agências financeiras de fomento.
 - (B) de investimentos das empresas estatais e as metas e prioridades da administração pública.
 - (C) da seguridade social e as alterações na legislação tributária visando a arrecadação de tributos.
 - (D) de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
 - (E) da seguridade social e as metas e prioridades da administração pública.
-
65. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica e financeira e o programa de trabalho do Governo. Integrarão a Lei de Orçamento: Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo, Quadro demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas, Quadro
- (A) discriminativo da receita por fontes e quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
 - (B) discriminativo da receita por fontes e quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.
 - (C) discriminativo da receita por fontes e quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.
 - (D) das dotações por órgãos do governo e da administração e quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
 - (E) das dotações por órgãos do governo e da administração e quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.



66. De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas classificam-se nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital. As Receitas Correntes compreendem as receitas tributária, de contribuições,
- (A) de serviços, de operações de crédito e alienação de bens.
 - (B) patrimonial, agropecuária e de operações de crédito.
 - (C) patrimonial, de operações de crédito e alienação de bens.
 - (D) patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.
 - (E) agropecuária, industrial, de serviços e alienação de bens.

67. De acordo com a Lei nº 4.320/64, as despesas classificam-se nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital. As Despesas de Capital compreendem as despesas com concessão de empréstimos,
- (A) obras públicas, aquisição de equipamentos e instalações e aquisição de material permanente.
 - (B) obras públicas, aquisição de equipamentos e instalações e serviço da dívida pública.
 - (C) obras públicas, serviços da dívida pública e reforma e manutenção de prédios públicos.
 - (D) aquisição de equipamentos e instalações, aquisição de material permanente e serviços da dívida pública.
 - (E) aquisição de equipamentos e instalações, aquisição de material permanente e reforma e manutenção de prédios públicos.

68. Em relação às características dos instrumentos financeiros, considere:

- I. Seu valor se altera em resposta a mudanças na taxa de juros específica, no preço de instrumento financeiro, preço de *commodity*, taxa de câmbio, índice de preços ou de outras taxas.
- II. Não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos nos quais seria esperada resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado.
- III. É um contrato que requer que o emissor faça pagamentos pré-especificados ao detentor para reembolsá-lo de perda ocasionada pela inadimplência de credor específico.
- IV. Deve ser liquidado em data futura.
- V. É qualquer contrato que estabeleça um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Para ser caracterizado como derivativo, o instrumento financeiro deve apresentar, concomitantemente, as características presentes APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e V.

69. Em relação aos métodos utilizados na avaliação econômica de projetos, tem-se:

- I. *Payback* simples e *Payback* ajustado
- II. Valor econômico adicionado – VEA
- III. Taxa interna de retorno – TIR
- IV. Valor presente líquido do Fluxo de Caixa – VPL
- V. Taxa de Retorno sobre o Capital investido

Utilizam a abordagem do fluxo de caixa APENAS os métodos

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) III, IV e V.

70. A Lei nº 8.666/93 instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, cujas propostas serão processadas e julgadas em conformidade com os princípios básicos da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, publicidade,

- (A) impessoalidade, moralidade, igualdade, transparência e julgamento fundamentado em Lei.
- (B) impessoalidade, moralidade, anualidade, probidade administrativa e julgamento objetivo.
- (C) impessoalidade, igualdade, anualidade, transparência e julgamento objetivo.
- (D) igualdade, anualidade, transparência, probidade administrativa e julgamento fundamentado em Lei.
- (E) impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa e julgamento objetivo.



71. A Lei nº 10.520/02 instituiu no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Esta modalidade de licitação poderá ser utilizada
- (A) somente quando a Administração Pública não dispor de condições para efetuar a contratação por meio de outra modalidade.
 - (B) desde que a Administração Pública disponha de meios eletrônicos e estrutura de sistema de informações que disponibilize as informações via internet.
 - (C) para a aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - (D) para a contratação de empresas para construção de rodovias e prédios públicos, desde que comprovada a necessidade de urgência ou calamidade pública.
 - (E) pela Administração Pública desde que fique comprovado que a modalidade possa efetivamente propiciar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

72. A Lei Complementar nº 123/2006 assegura nas licitações, como critério de desempate, a preferência pela contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Sobre esse assunto, considere as seguintes afirmações:
- I. A microempresa e a empresa de pequeno porte deverão comprovar a regularidade fiscal no momento da análise das propostas no processo licitatório.
 - II. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.
 - III. As situações de empate caracterizam-se quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.
 - IV. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

73. Em relação ao processo de execução orçamentária, considere:

- I. A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- II. A fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
- III. O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- IV. A verificação da probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
- V. A verificação da exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for constituído para esse fim.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o controle da execução orçamentária compreenderá APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, III e V.



74. "O planejamento, a programação e o orçamento, como um sistema integrado de gerência, têm por objetivo avaliar os custos para a consecução das metas traçadas em comparação com os benefícios a serem esperados dos mesmos, e assim tornar possível o uso inteligente pelo poder público." (SILVA, Lino M. *Contabilidade Governamental*. São Paulo: Atlas, 2004). Assim, verifica-se um esforço para integrar os planos e orçamentos por meio de um instrumento de organização das ações governamentais, visando a realização dos objetivos pretendidos pelos gestores públicos, denominado de
- (A) projeto.
 - (B) atividade.
 - (C) programa.
 - (D) operações especiais.
 - (E) plano de governo.
-
75. O Sr. Beltrano, prefeito da cidade de Piracema do Norte, obteve a aprovação do Plano Plurianual de sua gestão no primeiro ano de seu mandato. No mês de julho do segundo ano de seu mandato, verificou a existência de disponibilidade financeira no caixa da prefeitura, tendo em vista o crescimento da arrecadação e o corte de despesas previstas no orçamento do município. Após uma reunião com o Secretário da Fazenda e o Secretário de Esportes, decidiram iniciar a construção de um parque municipal, cuja obra não constava dos Instrumentos de Planejamento e Orçamento do município (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), visando propiciar aos munícipes uma área para o lazer e a prática de esportes. A previsão é que as obras demorassem 24 meses para serem concluídas. Ao ser consultado, o procurador jurídico do município informou que o Edital para Licitação da obra não pode ser publicado, tendo em vista que antes de iniciar o processo licitatório, o prefeito deve
- (A) emitir um decreto autorizando a inclusão de gastos com a construção do parque municipal, com recursos advindos de sobras de recursos e cancelamento de despesas autorizadas.
 - (B) propor uma Lei que autorize a inclusão da despesa no PPA, na LDO e na LOA e encaminhar à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação.
 - (C) propor uma Lei que autorize a inclusão da despesa na LOA do município e encaminhar à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação, sem a necessidade de alterar o PPA e a LDO.
 - (D) emitir um decreto autorizando a inclusão de gastos com a construção do parque municipal, com recursos advindos de sobras de recursos e cancelamento de despesas autorizadas, e dar ciência à Câmara dos Vereadores.
 - (E) propor uma Lei que autorize a inclusão da despesa na LDO e na LOA e encaminhar à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação, não necessitando alterar o PPA.
-
76. Durante uma greve dos funcionários em junho de 20x0, cuja pauta envolvia a exigência de reposição salarial para variação inflacionária acumulada nos últimos 5 anos, o prefeito do município de Cruzeiro do Leste resolveu conceder um reajuste dos salários para os funcionários na ordem de 20%. Em consulta ao Secretário da Fazenda, verificou que o reajuste não comprometeria o limite legal previsto para despesas com pessoal para o período. Ao ser consultado sobre os procedimentos legais a serem tomados, o Procurador Jurídico informou que o Sr. Prefeito deveria elaborar um
- (A) Decreto concedendo o reajuste de 20% aos servidores, indicando as fontes de recursos para fazer frente ao acréscimo das despesas, efetuando sua publicação no Diário Oficial do Município, para conhecimento dos munícipes.
 - (B) Decreto concedendo o reajuste de 20% aos servidores, indicando as fontes de recursos para fazer frente ao acréscimo das despesas e enviá-lo à Câmara dos Vereadores, para conhecimento.
 - (C) Projeto de Lei visando a alterar a Lei Orçamentária do exercício, concedendo o reajuste de 20% aos servidores, com indicação das fontes de recursos para o corrente ano e enviá-lo à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação.
 - (D) Projeto de Lei visando a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária do exercício, concedendo o reajuste de 20% aos servidores, com indicação das fontes de recursos para o corrente ano e exercícios posteriores e enviá-lo à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação.
 - (E) Projeto de Lei visando a alterar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária do exercício, concedendo o reajuste de 20% aos servidores, com indicação das fontes de recursos para o corrente ano e exercícios posteriores e enviá-lo à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação.
-
77. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar que os créditos
- (A) especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
 - (B) especiais e suplementares serão abertos por decreto executivo que deles dará conhecimento imediato ao Poder Legislativo.
 - (C) especiais e suplementares serão autorizados por lei independentemente da existência de recursos disponíveis para incorrer a despesa.
 - (D) extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deverá dar conhecimento ao Poder Legislativo no prazo máximo de 90 dias.
 - (E) suplementares terão vigência máxima de 24 meses a contar da data de sua abertura.



78. Ao assumir o seu primeiro mandato como prefeito do Município de Nevada, o Sr. Fulano foi informado da necessidade de incluir no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual os projetos constantes de seu Plano de Governo. Encaminhadas as propostas orçamentárias no prazo previsto na Constituição, não as teve aprovadas no prazo legal pela Câmara dos Vereadores. Assim, no início do ano seguinte, o prefeito poderá
- (A) considerar como proposta de orçamento a lei anterior aprovada pelo Legislativo.
 - (B) executar as despesas com base no duodécimo do valor estimado na proposta orçamentária enviada ao Legislativo, limitado às despesas de custeio.
 - (C) convocar extraordinariamente o Poder Legislativo, por se tratar de matéria cuja votação deve ser efetuada antes do início do exercício.
 - (D) executar as despesas com base no duodécimo do valor estimado na proposta orçamentária enviada ao Legislativo, as despesas de custeio e as despesas de capital.
 - (E) publicar a proposta orçamentária no Diário Oficial do município e executá-lo de acordo com o previsto, tendo em vista a não-votação e aprovação pelo Poder Legislativo.

79. Em agosto de 200x, o Prefeito do Município de Passargada decretou estado de calamidade pública em função de um vendaval que assolou o município, destruindo casas, repartições públicas e escolas. Para fazer frente a construção de obras de caráter emergencial necessitou efetuar a contratação de empréstimos com instituições financeiras, com vencimento nos dois próximos exercícios. O contador do município deverá registrar os valores recebidos das operações de crédito como
- (A) despesa extraorçamentária.
 - (B) despesa orçamentária.
 - (C) receita extraorçamentária.
 - (D) redução de dívida fundada.
 - (E) receita orçamentária.

80. O contador do município de Cruz Nova, atendendo uma solicitação do prefeito, elaborou um relatório das receitas ocorridas no período. O relatório indicava a arrecadação das seguintes receitas:
- I. recebimento de aluguéis de prédios públicos.
 - II. alienação de bens móveis.
 - III. venda de produtos vegetais extraídos de propriedades do governo.
 - IV. superávit do orçamento corrente.
 - V. cobrança de dívida ativa.

São classificadas como receitas correntes APENAS

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II, III e V.
 - (E) III, IV e V.
81. A receita orçamentária compreende os recursos auferidos na gestão a serem computados na apuração do resultado do exercício e desdobrados em receitas correntes e receitas de capital. Constituem receita de capital as receitas
- (A) tributária, de alienação de bens e patrimonial.
 - (B) imobiliária, com valores mobiliários e agropecuária.
 - (C) de serviços, patrimonial, industrial e de contribuições rurais.
 - (D) industrial, de operações de crédito e de alienação de bens.
 - (E) de operação de crédito, de alienação de bens e de transferências de capital.



82. No mês de abril de 20x0, o Secretário da Fazenda do município de Cruz Azul identificou e comunicou ao prefeito a insuficiência de caixa para fazer frente às despesas orçamentárias do primeiro semestre. Visando dotar a prefeitura de recursos suficientes para o pagamento das despesas, o prefeito efetuou um empréstimo bancário, com previsão de liquidação, com juros e encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro do mesmo ano. A transação de recebimento dos valores monetários deverá ser registrada como
- (A) despesa extraorçamentária.
 - (B) despesa orçamentária.
 - (C) receita orçamentária.
 - (D) redução de dívida fundada.
 - (E) receita extraorçamentária.
-
83. Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, é uma receita patrimonial aquela oriunda do recebimento
- (A) do imposto sobre a propriedade territorial rural.
 - (B) da contribuição social sobre o lucro da pessoa jurídica.
 - (C) de aluguéis.
 - (D) da alienação de bens móveis.
 - (E) de receita da indústria de transformação.
-
84. As despesas públicas são classificadas por categorias econômicas em despesas correntes e despesas de capital. Uma das finalidades desta classificação é indicar os efeitos que o gasto público tem sobre a economia de um país. São classificados como despesas correntes os dispêndios relacionados à
- (A) conservação de praças.
 - (B) construção de rodovias.
 - (C) amortização de dívidas.
 - (D) aquisição de material de uso permanente.
 - (E) construção de prédios públicos.
-
85. Segundo o critério da categoria econômica, nos termos do art. 12 da Lei nº 4.320/64, as despesas serão classificadas em despesas correntes e despesas de capital. Representa uma despesa de capital
- (A) o salário do professor da rede pública.
 - (B) a aquisição de ações de empresas em funcionamento.
 - (C) o dispêndio relacionado com a conservação de ruas.
 - (D) o pagamento de juros e encargos da dívida pública.
 - (E) a aquisição de material de consumo.
-
86. Em 31 de dezembro de 20x0, último ano do mandato, o prefeito do município de Barra Brava autorizou o cancelamento de empenhos de material de consumo não-processados no valor de R\$ 100.000,00, visando a adequar o fechamento contábil às disponibilidades de caixa. Permaneceram os saldos de R\$ 150.000,00 em Restos a pagar processados e R\$ 50.000,00 em Restos a pagar não-processados. Durante o ano de 20x1, um dos fornecedores, inscrito em Restos a Pagar não-processados, deixou de efetuar a entrega dos produtos licitados no valor de R\$ 30.000,00 e um fornecedor cujo empenho fora cancelado no ano anterior, efetuou a entrega das mercadorias licitadas em 20x0, no valor de R\$ 50.000,00. Nesse caso, no ano de 20x1 deve-se efetuar o cancelamento de restos a pagar
- (A) processados no valor de R\$ 30.000,00 e efetuar um novo empenho no valor de R\$ 50.000,00 com saldo da rubrica de Material de consumo de 20x1.
 - (B) não-processados no valor de R\$ 30.000,00 e efetuar um novo empenho no valor de R\$ 50.000,00 com saldo da rubrica de Material de Consumo de 20x1.
 - (C) processados no valor de R\$ 30.000,00 e efetuar um novo empenho no valor de R\$ 50.000,00 na rubrica de Despesas de Exercícios anteriores, no orçamento de 20x1.
 - (D) não-processados no valor de R\$ 30.000,00 e efetuar um novo empenho no valor de R\$ 50.000,00 na rubrica de Despesas de Exercícios anteriores, no orçamento de 20x1.
 - (E) não-processados no valor de R\$ 30.000,00 e efetuar um novo empenho no valor de R\$ 50.000,00 com saldo de R\$ 30.000,00 da rubrica de Material de Consumo e R\$ 20.000,00 da rubrica de Despesas de exercícios anteriores em 20x1.



87. Considere as seguintes informações extraídas do Balancete da Prefeitura Modelo, em 31/12/20x8, último ano do mandato do atual prefeito, com valores em reais:

	ORÇAMENTO INICIAL	DESPESAS			SALDO
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	
Despesas com pessoal	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00
Despesas com material de consumo	350.000,00	300.000,00	250.000,00	200.000,00	50.000,00
Gastos com serviços de terceiros	170.000,00	150.000,00	120.000,00	100.000,00	20.000,00
Aquisição de material permanente	150.000,00	120.000,00	120.000,00	100.000,00	30.000,00
Restos a pagar processados em 31/12/20x7					50.000,00
Restos a pagar processados pagos em 20x8					20.000,00
Disponibilidades em Caixa e Bancos em 31/12/20x8					150.000,00

Considerando que não existia saldo inicial de Restos a pagar não-processados no exercício de 20x8 e visando a adequar o encerramento do exercício de 20x8, em atendimento ao disposto na Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00, em 31/12/20x8 os saldos de Restos a pagar processados e não-processados serão, respectivamente

- (A) R\$ 90.000,00 e R\$ 30.000,00
 (B) R\$ 90.000,00 e R\$ 80.000,00
 (C) R\$ 120.000,00 e R\$ 30.000,00
 (D) R\$ 120.000,00 e R\$ 80.000,00
 (E) R\$ 80.000,00 e R\$ 90.000,00

Instruções: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 88 e 89.

No primeiro exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, com base na Lei Orçamentária Anual – LOA, a previsão de receita foi de R\$ 250.000,00 e a fixação de despesa corrente e de despesa de capital no valor de R\$ 150.000,00 e R\$ 100.000,00, respectivamente.

Durante o exercício financeiro, ocorreram os seguintes eventos contábeis:

– Recebimento, em doação, de um imóvel	R\$ 50.000,00
– Arrecadação de impostos municipais	R\$ 120.000,00
– Arrecadação de taxas de serviços	R\$ 30.000,00
– Recebimento de venda de produtos industrializados	R\$ 20.000,00
– Recebimento de venda por leilão de veículos (pelo valor de custo)	R\$ 25.000,00
– Captação de empréstimo para suprimento de insuficiência de caixa no exercício financeiro	R\$ 80.000,00
– Recebimento de caução por conta de contrato de construção de edificações	R\$ 100.000,00

88. Após os lançamentos dos eventos contábeis descritos, as receitas orçamentárias arrecadadas e as receitas extraorçamentárias são, respectivamente:

- (A) R\$ 195.000,00 e R\$ 180.000,00
 (B) R\$ 195.000,00 e R\$ 230.000,00
 (C) R\$ 170.000,00 e R\$ 205.000,00
 (D) R\$ 170.000,00 e R\$ 230.000,00
 (E) R\$ 170.000,00 e R\$ 255.000,00

89. Após os lançamentos dos eventos contábeis descritos, as receitas correntes e as receitas de capital arrecadadas são, respectivamente:

- (A) R\$ 170.000,00 e R\$ 105.000,00
 (B) R\$ 170.000,00 e R\$ 25.000,00
 (C) R\$ 170.000,00 e R\$ 155.000,00
 (D) R\$ 250.000,00 e R\$ 25.000,00
 (E) R\$ 250.000,00 e R\$ 75.000,00



Instruções: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 90 e 91.

Os dados abaixo foram extraídos dos relatórios de execução orçamentária relativos às despesas de uma prefeitura no exercício de 20x1.

Contas	R\$ (mil)
Atenção básica à saúde.....	1.400.000
Construção de posto de saúde	300.000
Consultas médicas.....	1.200.000
Ensino fundamental	1.700.000
Educação.....	1.800.000
Limpeza de ruas e praças.....	320.000
Material de consumo.....	270.000
Pessoal e encargos sociais.....	2.400.000
Poder legislativo.....	250.000
Reorganização do setor de suprimentos	80.000
Saúde	2.000.000
Saneamento.....	500.000
Secretaria de planejamento e orçamento	300.000
Secretaria de saúde.....	1.600.000
Serviços de consultoria jurídica	50.000
Serviços de terceiros	220.000

90. A soma dos itens que se referem à classificação da despesa por elemento de despesa é, em milhares de reais,

- (A) R\$ 2.450.000
- (B) R\$ 2.720.000
- (C) R\$ 3.870.000
- (D) R\$ 2.890.000
- (E) R\$ 2.940.000

91. A soma dos itens que se referem à classificação da despesa por função é, em milhares de reais,

- (A) R\$ 3.850.000
- (B) R\$ 3.870.000
- (C) R\$ 4.300.000
- (D) R\$ 4.700.000
- (E) R\$ 5.200.000

92. No primeiro exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Feliz, com base na Lei Orçamentária Anual – LOA, a previsão de receita foi de R\$ 3.000.000,00 e a fixação de despesa corrente R\$ 2.500.000,00 e de despesa de capital R\$ 500.000,00.

Durante o exercício financeiro, ocorreram os seguintes eventos:

– Arrecadação de impostos	R\$ 1.200.000,00
– Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal	R\$ 700.000,00
– Empenho e liquidação de despesa referente à aquisição de veículo	R\$ 100.000,00
– Empenho, liquidação e pagamento de despesas com água, luz e telefone	R\$ 200.000,00
– Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo	R\$ 300.000,00

Com base nas informações, o saldo de disponibilidades em caixa e bancos e o total de restos a pagar serão, respectivamente:

- (A) R\$ 300.000,00 e R\$ 300.000,00
- (B) R\$ 300.000,00 e R\$ 400.000,00
- (C) R\$ 400.000,00 e R\$ 300.000,00
- (D) R\$ 400.000,00 e R\$ 400.000,00
- (E) R\$ 200.000,00 e R\$ 200.000,00



93. A Prefeitura Municipal de Mar Azul decidiu licitar a compra de material escolar para a escola municipal mediante a modalidade de Pregão prevista na Lei nº 10.520/02. O valor máximo proposto pelo leiloeiro no edital, montado em conformidade com a Lei Complementar 123/06, foi de R\$ 500.000,00. No dia marcado para o leilão, apresentaram suas propostas iniciais os seguintes fornecedores:

Fornecedor	Tipo de empresa	Valor da proposta (R\$)
Alfa	Normal	100.000,00
Beta	Normal	490.000,00
Gama	Microempresa	460.000,00
Delta	Normal	590.000,00
Épsilon	Microempresa	480.000,00
Sigma	Microempresa	520.000,00
Omega	Normal	499.000,00

De acordo com a Lei nº 10.520/02, após a abertura dos envelopes o pregoeiro deveria declarar

- (A) vencedora a empresa Alfa por apresentar a menor proposta dentre as concorrentes e solicitar que apresentasse os documentos constantes do Edital para comprovação da regularidade fiscal e posterior assinatura de contrato.
- (B) inabilitada a empresa Alfa por apresentar uma proposta com preço inferior à capacidade de fornecimento do produto e declarar vencedora a empresa Gama, que apresentou a menor proposta válida dentre as concorrentes.
- (C) inabilitadas as empresas Delta e Sigma por apresentarem preços superiores ao preço máximo e declarar vencedora a empresa Alfa por apresentar a menor proposta dentre as concorrentes.
- (D) inabilitadas as empresas Alfa e Delta, por apresentarem, respectivamente, preços inferiores e superiores ao limite permitido, declarando vencedora a empresa Gama, que apresentou a menor proposta válida dentre as concorrentes.
- (E) inabilitadas as empresas Alfa e Delta, por apresentarem, respectivamente, preços inferiores e superiores ao limite permitido, fixando o novo valor mínimo proposto pela empresa Gama como o valor inicial para início dos lances do pregão.
94. A Prefeitura Municipal de Brejo Seco decidiu licitar a compra de merenda escolar para a escola municipal mediante a modalidade de Pregão prevista na Lei nº 10.520/02. O valor máximo proposto pelo leiloeiro no edital, montado em conformidade com a Lei Complementar 123/06, foi de R\$ 300.000,00. Todas as empresas que apresentaram suas propostas iniciais foram habilitadas para apresentarem suas propostas no pregão presencial. Ao final das rodadas de ofertas presenciais do menor preço foram tabulados os seguintes valores:

Fornecedor	Tipo de empresa	Valor do lance final R\$
Alfa	Normal	290.000,00
Beta	Normal	250.000,00
Gama	Microempresa	285.000,00
Delta	Normal	292.000,00
Épsilon	Microempresa	280.000,00
Sigma	Microempresa	260.000,00
Omega	Normal	249.000,00

De acordo com a Lei nº 10.520/02 e a Lei Complementar nº 123/06, após a rodada final das ofertas presenciais, o pregoeiro deveria

- (A) declarar vencedora a empresa Delta por apresentar a maior proposta dentre as concorrentes e solicitar que apresente os documentos constantes do Edital para comprovação da regularidade fiscal e posterior assinatura de contrato.
- (B) declarar vencedora a empresa Omega por apresentar a menor proposta dentre as concorrentes e solicitar que apresente os documentos constantes do Edital para comprovação da regularidade fiscal e posterior assinatura de contrato.
- (C) declarar vencedora a empresa Sigma desde que apresente uma proposta de preço inferior à proposta apresentada pela empresa Omega e solicitar que apresente os documentos constantes do Edital para comprovação da regularidade fiscal e posterior assinatura de contrato.
- (D) declarar vencedoras as empresas Beta e Omega por apresentarem a menor proposta dentre as concorrentes e solicitar que apresentem os documentos constantes do Edital para comprovação da regularidade fiscal e posterior assinatura de contrato, dividindo-se o Edital na proporção de 50% para cada empresa.
- (E) efetuar o cancelamento do processo de licitação, em virtude de os preços ofertados pelas empresas terem ficado muito aquém da previsão de redução do preço de aquisição de produtos por meio de pregão presencial estabelecido no Edital pela instituição.
95. O Sr. Fulano, funcionário de carreira e responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de Lagoa Prateada tomou conhecimento, por meio de documentos e de informações fornecidas por seus subordinados, da existência de possíveis irregularidades cometidas no processo de licitação, envolvendo os funcionários ligados à área, visando a elaboração de editais que beneficiassem determinada empresa. De posse das informações, bem como dos documentos, com vista a eximir-se da responsabilidade solidária, o procedimento legal a ser adotado é
- (A) dar ciência ao Tribunal de Contas da existência de irregularidades no processo de licitação e tomar as providências administrativas visando a apuração das denúncias apresentadas.
- (B) comunicar o Ministério Público sobre a existência de irregularidades no processo de licitação para que este tome as medidas necessárias para a investigação das denúncias.
- (C) comunicar ao Sr. Prefeito a existência de irregularidades no processo de licitação.
- (D) comunicar o fato ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura, visando a abertura de sindicância para apuração dos fatos.
- (E) abrir um processo administrativo interno para comprovar a existência de irregularidades, dando ciência ao Sr. Prefeito da decisão tomada.



96. Sobre as disposições constitucionais referentes ao controle externo das entidades governamentais, considere:
- I. A abrangência dos controles se restringe à legalidade e à legitimidade dos atos praticados pelos gestores.
 - II. Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
 - III. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
 - IV. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III.
 - (E) III e IV.
-
97. De acordo com o art. 71 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, realizar inspeções e auditorias de diversas naturezas. Supondo que o Tribunal de Contas realize auditoria em uma entidade pública com a finalidade de confirmar os valores apresentados nas demonstrações financeiras, ele está realizando uma auditoria
- (A) contábil.
 - (B) de acompanhamento de gestão.
 - (C) de gestão.
 - (D) operacional.
 - (E) especial.
-
98. De acordo com os dispositivos constitucionais, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, o qual NÃO possui como finalidade
- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
 - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - (D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
-
99. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante ou subsequente. Uma das formas de se exercer o controle prévio é por meio
- (A) do Balanço Patrimonial.
 - (B) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (C) do Relatório de Gestão Fiscal.
 - (D) do Empenho da Despesa.
 - (E) da Tomada de contas.
-
100. A Lei nº 101/2000 prevê que, quando o Poder Executivo ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite definido para a despesa total com pessoal, ele será alertado pelo
- (A) Poder Judiciário.
 - (B) Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Legislativo.
 - (D) Conselho Municipal.
 - (E) Setor de Contabilidade.